

# ARAGOS

---

ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA JUDICIAL CÍVEL DA COMARCA DE IEPÊ/SP.

**URGENTE**

*A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. (art. 47, Lei 11.101/2005)*

**NUTRISOLO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.133.206/0001-71, com sede na cidade de Iepê, Estado de São Paulo, na Rua Sergipe, nº 225, Centro, CEP: 19640-000; e **JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JUNIOR**, pessoa física, brasileiro, produtor rural, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.936.524-6-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 320.747.778-09, com inscrição no registro mercantil, na qualidade de empresário individual, sob a denominação de **JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JUNIOR ME**, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.487.361/0001-16 e domicílio na cidade de Iepê, Estado de São Paulo, na Rua Andre Garbosa Filho, nº 198, Conjunto Habitacional Mario Covas Junior, CEP: 19640-000, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados que esta subscrevem, devidamente constituídos e qualificados no instrumento de procuração “ad judicia” anexa, para formular o presente **PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE COMO MEDIDA PREPARATÓRIA PARA POSTERIOR PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com fundamento no artigo 305, do Código de Processo Civil, e artigo 6, § 12º, da Lei nº 11.101/05, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus - CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br

# ARAGOS

A D V O G A D O S

## I – DA INDICAÇÃO DA LIDE E SEU FUNDAMENTO

Este pedido de tutela cautelar é requerido em caráter antecedente, nos termos do artigo 305, do Código de Processo Civil, como medida preparatória para posterior pedido de recuperação judicial a ser impetrada em favor dos requerentes. A presente medida preparatória tem por objetivo alcançar a antecipação dos efeitos do *stay period*, nos termos do que é autorizado pelo artigo 6º, § 12º, da Lei nº 11.101/05, com o intuito de evitar perecimento de direitos.

Neste momento processual, dado o contexto e urgência, os requerentes limitar-se-ão à apresentação sumária da situação de crise financeira momentânea e de perigo de dano ao qual estão expostos, a fim de trazer ao conhecimento de Vossa Excelência, com a maior clareza possível, os elementos fáticos necessários à formação do vosso convencimento para a salvaguarda do direito pretendido.

O fato, Excelência, é que a primeira Requerente atua desde 2017 no ramo de comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo (doc. 01). A empresa trabalha diretamente junto aos agricultores, dispondo de equipe técnica para atendimento *in loco* no campo, realizando análises, averiguações, estudos técnicos voltados a aferir as necessidades desde as correções de solo, perpassando pelo plantio, colheita e pós colheita. Com isso, a atividade da empresa compreende ampla atuação de apoio e fornecimento de produtos e insumos ao produtor rural de pequeno, médio e grande porte.

A empresa sempre buscou atender na maior medida possível as necessidades dos seus clientes agricultores, motivo pelo qual veio gradativamente agregando à sua atividade novos produtos e serviços relacionados com o ramo de atividade agrícola. Com esse objetivo a empresa passou a prestar também serviços de agricultura de precisão, preparo de solo, controle de pragas, pulverização, dentre outros, especialmente ligados ao cultivo de soja, milho e sorgo, o que lhe garantiu faturamento com bons resultados nos anos de atividade.

Em razão de sua atuação, conhecimento, estrutura de pessoas e equipamentos que possuía e por se relacionar negocialmente e com constância com proprietários de terras, enxergou a oportunidade de expandir ainda mais seus negócios, mediante a captação de áreas para cultivo próprio. Isto é, a empresa não

Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus – CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br

# ARAGOS

A D V O G A D O S

seria apenas uma fornecedora de produtos e serviços, mas também passaria a cultivar suas próprias lavouras em terras que seriam arrendadas ou cultivadas em regime de parceria. A oportunidade se revelou interessante e promissora, pois a empresa detinha todo o *know-how* para produzir, além do que poderia obter produtos/insumos em melhores condições, já que sairiam a preço de custo, tendo em vista que a própria empresa é revendedora/comercializadora.

Com isso, após realizados os planejamentos, decidiu-se por iniciar a atividade de cultivo, o que se deu no ano de 2019 e foi estruturada na pessoa de requerente JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JUNIOR, por meio da sua inscrição no registro mercantil, na qualidade de empresário individual, sob a denominação de JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JUNIOR ME (doc. 01). Por transparência e lisura, oportuno esclarecer que o Sr. Jerônimo sempre foi sócio de fato da empresa requerente Nutrisolo e não ingressou formalmente no quadro societário em razão da consolidada confiança entre os sócios, até mesmo pelo fato de a Sra. Luana, sócia da Nutrisolo, ser sua esposa. Assim, optaram os sócios por concentrar as atividades de plantio/cultivo em nome de Jerônimo e manter em nome da Nutrisolo somente as atividades de fornecimento de produtos e serviços, que até então vinham sendo desenvolvidas.

Considerando que se tratavam de negócios complementares com os mesmos sócios de fato, convencionou-se que o início da atividade agrícola seria bancado pela empresa Nutrisolo, ou seja, os resultados positivos da empresa ao invés de serem distribuídos como dividendos aos sócios, seriam destinados a fomentar este novo negócio, para gerar ainda mais renda, empregar mais pessoas e solidificar/fortalecer ainda mais o grupo. Entretanto, apenas esses recursos não seriam suficientes para estruturar essa expansão, pois a atividade exigia o emprego de mais equipamentos, máquinas e capital de giro, motivo pelo qual foram tomados empréstimos junto a algumas instituições financeiras. Referidos empréstimos foram captados mediante planejamento, tendo o fluxo de pagamento sido assumido com base em uma produção estimada.

A primeira lavoura foi implementada em 2019, com o cultivo de soja, na Fazenda Ouro Verde, no município de Rancharia, numa área de 176,75 hectares, em regime misto de arrendamento e parceria. Em 2020/2021 houve significativa ampliação das áreas de plantio, tendo ocorrido a captação de outras novas propriedades, sendo elas: Fazenda Metralha – Rancharia (747,78 ha); Fazenda Nossa Senhora das Graças – Iepê (14,52 ha); Fazenda Talita – Rancharia (145,2 ha), totalizando uma área de plantio de 1.084,24 hectares.

# ARAGOS

ADVOCADOS

Em 2022 houve o replantio de todas essas áreas já plantadas em 2021 e o acréscimo de mais uma, a Fazenda Chapéu de Couro – Rancharia/SP, com 82,28 ha. Por questões técnicas agrônômicas, os plantios se deram de forma intercalada, com as culturas de soja, milho safrinha e sorgo, conforme detalhado pelo laudo anexo (doc. 05).

Importante destacar que todo início de plantio exige pesados investimentos com correção de solo, pois tratam-se de áreas de primeiro plantio. Nestas o investimento é mais elevado e a produção é menor, ao passo que a partir do terceiro plantio, os investimentos são menores e a produção é maior. Isso porque a aquisição e aplicação dos produtos se dá no primeiro plantio e para surtir efeitos exige-se tempo para o solo realizar a absorção eficiente de cálcio, magnésio, enxofre, fósforo e potássio, além dos micronutrientes. Apesar disso, o planejamento do negócio considerou tal fator.

Ocorre que, apesar de toda cautela, zelo e técnica empregada pelos Requerentes, ocorreu uma somatória de fatores naturais, climáticos e mercadológicos que desencadearam numa crise financeira que impossibilitou os Requerentes cumprirem com seus compromissos financeiros na forma originalmente contratados. Em relação aos fatores naturais e climáticos, ocorreu uma seca persistente, altas temperaturas na fase de enchimento de grãos, vendaval, geadas atípicas, surgimento de uma nova praga sem controle efetivo com defensivos. Todos esses acontecimentos ocorridos estão detalhados no laudo anexo, com a identificação da safra, área de plantio e período dos eventos (doc. 05).

No que refere aos fatores mercadológicos, responsáveis em grande medida pela crise financeira a qual os Requerentes estão acometidos, estão caracterizados pela agressiva elevação dos custos dos produtos essenciais para a atividade, tais como óleo diesel, calcário, gesso, fertilizantes em geral, dentre outros. Pela planilha comparativa que instruiu a presente, cujo resumo se transcreve abaixo, verifica-se uma elevação de preço em percentuais absolutamente imprevisíveis e sem precedentes:

	2019-2020	2020-2021	2021-2022	<b>Variação 2019-2022</b>
Diesel (R\$/L)	-2%	35%	45%	<b>92%</b>
Calcário (R\$/ton)	0%	16%	59%	<b>84%</b>
Gesso (R\$/ton)	12%	16%	18%	<b>53%</b>
Fertilizante químico (R\$/ton)	41%	66%	41%	<b>230%</b>

Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus – CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br

# ARAGOS

ADVOGADOS

	2019	2020	2021	2022	Fonte
Diesel (R\$/L)	R\$ 3,56	R\$ 3,50	R\$ 4,72	R\$ 6,83	ANP e Ticket Log
Calcário (R\$/ton)	R\$ 32,00	R\$ 32,00	R\$ 37,00	R\$ 59,00	Itatinga Calcário e Corretivos Ltda.
Gesso (R\$/ton)	R\$ 85,00	R\$ 95,00	R\$ 110,00	R\$ 130,00	Nutrigesso Gesso Agrícola
Fertilizante químico (R\$/ton)	R\$ 1.212,38	R\$ 1.707,40	R\$ 2.839,69	R\$ 3.995,24	Conab

Há também outras fontes oficiais que confirmam a referida elevação dos preços, tal qual se observa pelos dados divulgados pela APROSOJA BRASIL<sup>1</sup>. Destaca-se que tamanha variação desses preços ocorreu por fatores externos e internacionais, dentre eles a pandemia e a guerra da Ucrânia. Veja:

	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Custo total de produção (R\$/ha)	R\$ 2.788,04	R\$ 4.826,26	R\$ 5.419,01	R\$ 6.860,08
Variação	-	73%	12%	27%

Com isso, o custo de produção estimado inicialmente e os recursos captados passaram a não ser mais suficientes para execução de todos os contratos que estavam em andamento, o que demandou a captação de mais recursos financeiros, onerando a operação com o custo do dinheiro, que também foi elevado pela alta das taxas.

**Vale destacar que se houvesse ocorrido apenas um ou outro fator, os Requerentes teriam conseguido honrar todos ou a maior parte dos contratos. Entretanto, como ocorreu a cumulação de fatores naturais (climáticos) com os mercadológicos, o impacto financeiro foi numa proporção que os resultados obtidos com as lavouras e as reservas financeiras dos requerentes não foram capazes de manter a normalidade do fluxo financeiro.**

Apesar de todas as dificuldades, os Requerentes conseguiram realizar o plantio da safra de soja 2022/2023, cuja colheita se dará entre os meses de fevereiro e março de 2023, tendo boas perspectivas para ela. A lavoura se encontra com porte e desenvolvimento bastante satisfatório (fotos anexas) e a produção

<sup>1</sup> [https://aprosojabrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/05/4-CUSTOS-18.19\\_19.20.pdf](https://aprosojabrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/05/4-CUSTOS-18.19_19.20.pdf)  
[https://aprosojams.org.br/sites/default/files/boletins/APRESENTA%C3%87%C3%83O\\_02\\_MAR%C3%87O\\_2021-1\[1\].pdf](https://aprosojams.org.br/sites/default/files/boletins/APRESENTA%C3%87%C3%83O_02_MAR%C3%87O_2021-1[1].pdf)  
[https://aprosojams.org.br/sites/default/files/boletins/CUSTO%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O%202021\\_2022.pdf](https://aprosojams.org.br/sites/default/files/boletins/CUSTO%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O%202021_2022.pdf)  
[https://aprosojams.org.br/sites/default/files/boletins/CUSTO%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O%202022\\_2023\\_0.pdf](https://aprosojams.org.br/sites/default/files/boletins/CUSTO%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O%202022_2023_0.pdf)



# ARAGOS

ADVOGADOS

estimada é de 75.250 (setenta e cinco mil duzentas e cinquenta) sacas, o que se concretizado irá gerar uma receita de mais de R\$ 12 milhões, o que permitirá equacionar parte do passivo e realizar o replantio sequencial (doc. 10), cujas perspectivas também são boas, pois nenhuma das áreas será de primeiro plantio, já que estará no seu melhor momento em termos de nutrientes, matéria orgânica e qualidade física.

Algumas imagens das lavouras em andamento:



Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus - CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br

# ARAGOS

A D V O G A D O S

Diante deste cenário, os Requerentes procuraram seus credores, externaram a realidade, renegociaram com os quais foi possível, chegando a dar bens pessoais em pagamento para amortização parcial da dívida, tal qual ocorreu com o credor Cooperativa de Crédito Credimota – Sicoob Credimota, em que o Sr. Jerônimo entregou sua casa para amortização do débito e prestou reforço de garantia com outros bens (doc. 06). Na mesma oportunidade, firmou compromisso verbal de que seria aguardado a colheita para pagamento do débito residual. Ocorre que, **referido credor em contrariedade ao referido compromisso, distribuiu recentemente, na data de 19.01.2023, pedido de busca e apreensão, processo nº 1000018-60.2023.8.26.0240, em trâmite na Vara Única do Foro de Iepê/SP (doc. 07), tendo por objeto bens de absoluta essencialidade às atividades dos Requerentes, tendo em vista se tratar de 1 colheitadeira, 1 plataforma de corte (parte da composição do maquinário de colheita) e 1 caminhão Scania**, conforme descrição detalhada constante do processo anexado a este feito. Destaca-se que **foi deferido o pedido de busca e apreensão (doc. 08), estando o cumprimento pendente e na iminência de ocorrer**.

Além disso, já há em andamento outros processos, ajuizados por outros credores, em datas recentes, tratando-se de execuções que representam risco de bloqueios e com potencial de gerar constrições que podem paralisar tanto a empresa como a atividade rural. Até o momento foram ajuizadas 14 (quatorze) execuções/ações judiciais, cuja soma dos valores de causa atribuídos pelos credores totaliza a quantia de quase R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

Permitir a continuidade dos referidos processos neste momento, notadamente busca e apreensão de bens essenciais, implica em risco de paralisação da empresa. Isso é iminente e caso venha a se concretizar os efeitos serão nefastos, tanto para os Requerentes como para seus colaboradores, parceiros e até mesmo os credores. Isso porque as lavouras de soja, todas plantadas, atualmente compostas por 1.447,25 hectares, encontram-se em estágios distintos, mas estão em pleno andamento, com bom desenvolvimento, necessitando de cuidados e tratamentos culturais quase que diariamente, tais como aplicação foliar de fungicida, inseticida, ferrugem, parasitas em geral e na sequência (entre fevereiro e março) realizar a colheita de cada talhão da área no seu exato ponto de maturação, que não pode ser prematuro e nem tardio, pois o excesso de umidade gera despesa com secagem e desconto na produção e a perda excessiva de umidade (por ser a colheita tardia) implica em prejuízo no aproveitamento do produto.

# ARAGOS

A D V O G A D O S

Dessa forma, é nítido que bloquear recursos e bens da empresa e do Sr. Jerônimo neste momento, levará a interrupção dos tratos culturais, do mesmo modo que permitir a busca e apreensão da colheitadeira e caminhões, nas vésperas do início da colheita, implicará em prejuízos irreparáveis para os requerentes e todos os envolvidos negocialmente com estes. Por esse motivo, revela-se a necessidade premente da intervenção do poder judiciário por meio do deferimento da tutela aqui pretendia, a fim de obstar os credores de avançarem de modo desordenado sobre os bens dos Requerentes, realizando busca e apreensões, bloqueios e outras medidas constritivas que venham a travar as suas atividades, inviabilizando a continuidade dos tratos culturais, da colheita e da atividade empresarial.

Atualmente **o grupo composto pela empresa Nutrisolo e a atividade rural desenvolvida em nome de Jerônimo, gera 09 (nove) empregos diretos com vínculo empregatício e registro em carteira (doc. 04)**, realizando todos os recolhimentos de praxe. Além disso, contrata e subcontrata frequentemente e com grande constância serviços locais e regionais, notadamente para suprir trabalhos que não consegue atender diretamente ou que depende de apoio, tal qual serviços de entrega, transporte, locação, manutenção de equipamentos/ máquinas, além de movimentar a economia local como o consumo diário de alimentação de seus colaboradores, diretos e indiretos, representantes comerciais, parceiros etc.

Portanto, o que se busca com amparo na Lei 11.101/2005, é manter atividade empresarial, os postos de trabalho, a fonte geradora de renda, reorganizar os compromissos financeiros e honrá-los nos moldes do plano de recuperação judicial a ser apresentado oportunamente. Por esse motivo, o caso exige a medida acautelatória pretendida, diante da urgência de obstar medidas dos credores que venham emperrar as atividades em andamento, para evitar o perdimento da safra em andamento, o que geraria prejuízos irreparáveis, inviabilizando a superação da crise, o reequacionamento do passivo e, portanto, esvaziaria o objeto do pedido principal de recuperação judicial a ser impetrado.

## II – DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO – LEI 11.101/2005

A crise econômico-financeira supra relatada decorre das questões pontuais expostas, que podem ser superadas mediante a reorganização dos pagamentos, em consonância com a capacidade de pagamento da empresa, cujos parâmetros e condições serão apresentados e negociados. Trata-se de empresa



# ARAGOS

---

A D V O G A D O S

viável com dificuldade temporária em virtude de fatores externos e imprevisíveis. Há reais e concretas condições de superação, com o pagamento de todos os credores e manutenção da atividade empresarial e todas suas externalidades positivas.

E é nesse cenário de momentânea dificuldade financeira e perspectivas de superação que se insere o escopo e missão da recuperação judicial. A Lei nº 11.101/05, ao estruturar o procedimento recuperacional, fixou como objeto do microssistema, nos termos do seu artigo 47, *viabilizar a superação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica*.

Com efeito, a situação enfrentada pelos requerentes demonstra que a recuperação judicial é a medida cabível e necessária para lhes proporcionar reais condições de manter as atividades empresariais e as suas funções sociais, além de satisfazerem o direito dos seus credores na medida que preservam os negócios e os seus ativos.

Acontece que, para a impetração do pedido de recuperação judicial, exige-se uma complexa organização e preparação documental, para atender aos requisitos do artigo 51, da Lei nº 11.101/05, bem como a coleta de diversas informações e dados para a ampla e completa análise da crise enfrentada pelos devedores, o que demanda um tempo compatível com a complexidade, de modo que, enquanto se prepara o pedido de recuperação judicial, os requerentes permanecem expostos a medidas de expropriação e constrição patrimonial que podem inviabilizar suas atividades, prejudicando o resultado útil da recuperação judicial.

Logo, o que se pretende assegurar com o presente pedido de tutela cautelar antecedente é o direito dos requerentes de se valerem do benefício que lhes é assegurado pela Lei nº 11.101/05, afastando a possibilidade de sofrerem com medidas constritivas que poderão inviabilizar as suas atividades enquanto o pedido de recuperação judicial é preparado e planejado, resguardo esse que encontra amparo no artigo 6º, § 12º, da própria Lei nº 11.101/05, conforme se demonstrará abaixo.

### III – DO CABIMENTO DA ANTECIPAÇÃO CAUTELAR DOS EFEITOS DO *STAY PERIOD* COMO MEDIDA PREPARATÓRIA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DOS SEUS REQUISITOS:

Segundo o artigo 6º, *caput* e § 4º, da Lei nº 11.101/05, um dos efeitos do processamento do pedido de recuperação judicial é a suspensão imediata de todas as ações e execuções judiciais contra o devedor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do deferimento do processamento. Trata-se do chamado *stay period*. No curso do referido prazo, também ficam proibidas as retiradas de quaisquer bens de capital que sejam essenciais à atividade do devedor, mesmo que referido bem seja objeto de garantia fiduciária, nos termos do artigo 49, § 3º, da LRF.

Nas palavras de Márcia Carla Pereira Ribeiro<sup>2</sup>, o chamado *stay period* afigura-se “*como uma forma legal de moratória, para que a empresa que pretende se valer da recuperação judicial apresente o plano de recuperação e possa iniciar sua reestruturação sem o risco, no período, da obtenção de uma determinação jurisdicional contrária aos seus interesses*”. Ou seja, esse período de suspensão tem por finalidade precípua a preservação da empresa, evitando que a recuperanda seja surpreendida com constrições patrimoniais e demais medidas que inviabilizem o seu soerguimento, e, com isso, possibilitar condições de reestruturação, superação da crise e permanência da atividade.

A Lei nº 14.112/2020 trouxe uma série de inovações ao microssistema recuperacional, e uma delas foi a introdução do § 12º ao artigo 6º, da Lei nº 11.101/05. Referido dispositivo de lei possibilita que o juízo antecipe total ou parcialmente os efeitos do despacho de processamento da recuperação judicial quando preenchido os requisitos do artigo 300, do Código de Processo Civil. Abriu-se, assim, a possibilidade de pedidos cautelares, em caráter antecedente, a fim de assegurar direitos e evitar perigo de danos, como medidas preparatórias ao pedido de recuperação judicial, conforme já decidido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *In verbis*:

Agravo de Instrumento - Tutela cautelar antecedente a pedido de recuperação judicial, tendo por objeto a antecipação dos efeitos do "stay period", inclusive para fim de liberação de bens e valores já constrictos em ações em curso - Deferimento da liminar - Inconformismo

<sup>2</sup> BERTOLDI, Marcelo M. Curso avançado de direito comercial / Marcelo M. Bertoldi, Márcia Carla Pereira Ribeiro. – 10. ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 518.

# ARAGOS

A D V O G A D O S

de credora - Acolhimento em parte - **Tutela de urgência para antecipação total ou parcial dos efeitos do processamento do pedido de recuperação judicial encontra, atualmente, expresso amparo legal (art. 6º, § 12, da Lei n. 11.101/2005, incluído pela Lei n. 14.112/2020) [...].** (TJSP, AI 2269638-73.2021.8.26.0000, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Rel. Des. Grava Brazil; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Jundiaí - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 16/12/2021; Data de Registro: 16/12/2021)

Consoante a sistemática da Lei de Recuperação de Empresas, o devedor em situação de crise econômico-financeira, para que faça jus ao processamento do procedimento recuperacional e assim possa efetuar a negociação coletiva com os credores, deverá comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 48, bem como instruir seu petição com a integralidade dos documentos elencados no artigo 51, ambos da Lei nº 11.101/05.

Contudo, embora a requerente prime pelo ajuizamento do procedimento principal, o vultoso volume documental exigido pela LRF impede o imediato ingresso com o pedido de recuperação, sendo necessário maiores diligências extrajudiciais para que se torne possível o ingresso. E neste lapso, os credores já estão tomando medidas de expropriação e constrição patrimonial, com grande risco de paralisação das atividades da empresa, impedindo até mesmo a negociação coletiva, e justificando assim a necessidade de decisão célere a fim de preservar a atividade empresarial e manutenção da função social da empresa, princípios basilares da Lei nº 11.101/01.

Nesse contexto, a doutrina e jurisprudência têm se alinhado quanto à definição dos requisitos necessários para a concessão da tutela pretendida, com a antecipação do *stay period*, suspendendo imediatamente as execuções movidas em face do devedor. O professor Marcelo Barbosa Sacramone<sup>3</sup> afirma que o deferimento da tutela cautelar antecedente segue a regra do artigo 300, do Código de Processo Civil, sendo necessário o preenchimento do *fumus bon iuris* e do *periculum in mora*. Neste sentido, o autor expressamente discorre:

Na recuperação judicial, **o perigo de dano poderá caracterizar-se com a possibilidade imediata de constrição de ativos do devedor por credores sujeitos à recuperação**

<sup>3</sup> SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. – 2ª ed., São Paulo, 2021, p. 114.

# ARAGOS

A D V O G A D O S

judicial e que poderiam comprometer a estruturação de uma negociação coletiva para a superação da crise econômico financeira do devedor. Mas não apenas. É imprescindível que o devedor demonstre que sequer possui prazo hábil para providenciar a documentação do art. 51 e realizar o pedido de recuperação judicial. O “fumus boni iuris”, por seu turno, consiste na probabilidade do direito invocado, ou seja, que teria direito ao futuro deferimento do processamento da recuperação judicial e que os efeitos desse processamento impediriam o eventual dano de que a parte autora procuraria se proteger. Nesse aspecto, na recuperação judicial, imprescindível que o devedor demonstre o preenchimento de todos os requisitos do art. 48 da Lei n. 11.101/2005. (g.n.)

Tem-se, pois, pela lição de Marcelo Sacramone, que, para o pedido acautelatório, nos termos do artigo 6º, § 12º, da LRF, incumbe aos devedores demonstrarem o perigo de dano – consubstanciado na possibilidade imediata de constrição de seus ativos, considerando a falta de tempo hábil para providenciar a documentação do artigo 51, da LRF –, bem como o *fumus boni iuris* – que reside na comprovação do preenchimento dos requisitos de legitimidade exigidos pelo artigo 48, da Lei nº 11.101/05.

Ressalta-se, ainda, que também é possível concluir que, neste momento processual, por se tratar de uma medida acautelatória com aspecto preparatório para posterior pedido de recuperação judicial, não se exigindo a apresentação dos documentos do art. 51, da LRF, que apenas deverão ser objeto de análise em momento posterior, após o aditamento da cautelar, com a apresentação do pedido principal, quando haverá a verificação do preenchimento dos requisitos para o processamento do pedido recuperacional, nos termos do artigo 52, da LRF.

O ilustre magistrado Dr. Daniel Carnio Costa, MM. Juiz de Direito titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, em coautoria com Alexandre Correa Nasser de Melo, também comentam<sup>4</sup> acerca da sistemática do uso da cautelar recuperacional. Os doutrinadores nos ensinam exatamente sobre a inexigibilidade da juntada dos documentos elencados no artigo 51, da Lei nº 11.101/05, neste momento acautelatório, sendo imprescindível tão somente aqueles necessários à comprovação do preenchimento das exigências do artigo 48. Destacamos:

<sup>4</sup> COSTA, Daniel Carnio; MELO, Alexandre Correa Nasser de; Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 2021, p. 99.

# ARAGOS

— A D V O G A D O S —

Nesse sentido, a devedora poderá solicitar a suspensão das execuções específicas, **demonstrando a probabilidade do direito e o perigo do dano ou de risco ao resultado útil do processo, a fim de obter essa tutela**. Na sequência, deverá emendar a inicial para o pedido de recuperação judicial no prazo de quinze dias. **Nesses casos, os documentos que devem ser juntados quando do pedido da tutela antecipada antecedente são apenas aqueles exigidos pelo art. 48. Os demais documentos previstos no art. 51 deverão ser juntados por ocasião da emenda à petição inicial**. (g.n.)

Além da doutrina especializada sobre o tema entender nesse sentido, a jurisprudência recente, notadamente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, segue na mesma linha. No já colacionado Agravo de Instrumento nº 2269638-73.2021.8.26.0000, julgado pela Colenda 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal Paulista – no qual foi concedida a pretendida antecipação do *stay period* –, os Doutos Desembargadores confirmaram o entender exarado pelo juízo de origem. *In verbis*:

Também encampo a erudita manifestação do DD Representante do Parquet ao afirmar que em relação ao perigo de dano, **a possibilidade de o juiz antecipar total ou parcialmente os efeitos do stay period visa resguardar a atividade empresária, vez que manter a empresa em crise desprotegida até a decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial pode esvaziar o próprio intuito da Lei nº 11.101/2005, qual seja, a manutenção da sua função social. Isso porque, em algumas situações, o intervalo de tempo necessário para providenciar a documentação prevista no artigo 51, da LRF (balanços especiais, relação de credores, rol de ações, relação dos bens particulares dos sócios) e para que ela seja conferida pelo juiz para o seu deferimento é suficiente para que haja risco de esvaziamento do ativo operacional da empresa, tornando a recuperação judicial desde logo inviável**. (TJSP, AI 2269638-73.2021.8.26.0000, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Rel. Des. Grava Brazil, 16/12/2021). (g.n.)

Sendo assim, é certo que o devedor que se encontrar em situação de crise econômico-financeira e estiver na iminência de sofrer expropriações e constrições sobre os seus ativos patrimoniais, pode obter a antecipação dos efeitos do *stay period*, com fundamento no artigo 6º, § 12º, da Lei nº 11.101/05, para salvaguardar a sua atividade até que tenha condições de apresentar os documentos necessários para o processamento do seu pedido de recuperação judicial. E para esse pedido antecipatório, como visto acima, é necessário apenas que o devedor comprove o preenchimento dos requisitos do artigo 48, da LRF, e a situação ensejadora de constrições patrimoniais desfavoráveis.

# ARAGOS

A D V O G A D O S

Neste particular, pelo que ficará demonstrado nos tópicos a seguir, restará evidente a possibilidade e o cabimento do presente pedido cautelar antecedente como medida preparatória para o posterior pedido de recuperação judicial dos devedores, com amparo no artigo 6º, da § 12º, da Lei nº 11.101/05, a fim de se antecipar os efeitos do *stay period* e, com isso, suspender todas as ações e execuções contra os requerentes, inclusive medidas de busca e apreensão, cautelares de arresto, sequestro e bloqueio de ativos, bem como que os credores fiduciários restituam a posse dos bens de capital objeto de garantias que tenham sido recentemente apreendidas/removidas.

## **IV – DA PROBABILIDADE DO DIREITO PELO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 48, DA LEI Nº. 11.101/05:**

Segundo o que dispõe o artigo 48, da Lei nº 11.101/05, para a impetração do Pedido de Recuperação Judicial, é necessário que o devedor, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos, além de não ter se beneficiado anteriormente com a mesma medida, não ter sido declarado falido ou condenado por crimes previstos naquela Lei. *In verbis*:

Art. 48, Lei 11.101/05. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
- II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;
- III – não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;
- IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Destaca-se que anteriormente havia intensa discussão a respeito do cabimento da recuperação judicial em benefício do produtor rural. Havia, porém, predominância na jurisprudência, sobretudo do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a respeito do cabimento, desde que o produtor rural comprovasse o exercício regular da atividade rural por prazo superior a 2 (dois) anos, ainda que sem inscrição no registro mercantil. Essa discussão, porém, restou superada com o advento da Lei nº 14.112/2020, que introduziu o § 3º ao artigo 48, da Lei nº 11.101/05, prevendo expressamente a possibilidade de o pedido de recuperação judicial



# ARAGOS

A D V O G A D O S

ser requerido por aquele que exerça atividade rural na qualidade de pessoa física, desde que comprove o seu exercício por prazo superior a 2 (dois) anos.

Neste caso em particular, o requisito temporal de exercício de atividade resta preenchido de maneira inquestionável. Senão, vejamos:

**A devedora NUTRISOLO LTDA possui mais de 05 (cinco) anos de atividade empresarial, tendo sido constituída em 23/11/2017**, conforme ficha cadastral da Junta Comercial do Estado de São Paulo e Cartão CNPJ anexos (doc. 01), estando, desde então, em regular e pleno funcionamento. Desde a sua constituição, a empresa atua na exploração das atividades de comércio de produtos agrícolas (matérias-primas, defensivos, adubos, fertilizantes, corretivos de solo, entre outros), além de prestar serviços de preparação de terrenos, cultivo e colheita de grãos, pulverização e controle de pragas.

**O devedor JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JÚNIOR, por sua vez, tem a sua atuação na qualidade de empresário individual, com inscrição mercantil desde 21/11/2006**, conforme ficha cadastral da Junta Comercial do Estado de São Paulo e Cartão CNPJ anexos (doc. 01). O empresário atuou por muitos anos nas atividades de comércio de produtos e prestação de serviços de apoio à agricultura, tendo em 2019 iniciado propriamente na produção rural com a exploração da atividade de cultivo de soja, milho e sorgo em propriedades rurais localizadas na cidade de Rancharia/SP. Nos anos seguintes, o cultivo das culturas se ampliou para outras propriedades também na cidade de Rancharia/SP e outras localizadas nas cidades de Iepê/SP e Ribas do Rio Pardo/SP.

As Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física anexas (doc. 02), demonstram que nos anos-base de 2020 e 2021 o Sr. JERÔNIMO obteve receitas com a exploração de atividade rural no Brasil, ficando comprovado o regular exercício de atividade rural, na qualidade de produtor rural pessoa física, por tempo superior a 02 (dois) anos.

Além disso, os requerentes informam que (i) não se encontram falidos; que (ii) nunca obtiveram a concessão do beneplácito da recuperação judicial anteriormente; e que (iii) nunca foram condenados por quaisquer dos crimes previstos na Lei nº 11.101/05, conforme certidões de distribuição anexas (doc. 03).

Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus - CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br

# ARAGOS

A D V O G A D O S

Dessa forma, resta demonstrado que o requerente possui legitimidade ativa para requerer concessão da recuperação judicial em seu favor, uma vez que explora a atividade rural há mais de 02 (dois) anos, não se encontra falido, nunca se beneficiou da recuperação judicial anteriormente e nunca foi condenado por crimes falimentares, atendendo, assim, a todos os requisitos exigidos pelo artigo 48, da Lei nº 11.101/05.

## VI – DO PERIGO DE DANO PELA IMINÊNCIA DE MEDIDAS EXPROPRIATÓRIAS E CONSTRITIVAS

Conforme exposto no tópico da indicação da lide acima, os requerentes deram início ao cultivo de soja, milho e sorgo no ano de 2019 e, de lá pra cá, realizaram diversos investimentos na atividade, aumentando a cada ano as áreas de plantio e incrementando a sua estrutura operacional. Os requerentes assumiram diversos compromissos financeiros, principalmente perante instituições financeiras, com a captação de recursos para a aquisição de máquinas, tratores e caminhões essenciais ao plantio, cultivo, colheita e distribuição dos produtos.

O planejamento financeiro, como dito, foi realizado dentro da capacidade de pagamento dos requerentes, cujas projeções de produtividade foram realizadas de maneira conservadora, na finalidade de garantir a sustentabilidade financeira do negócio. Porém, em virtude da cumulação de fatores externos e incontornáveis, de ordem mercadológica (severa elevação de custos em razão da pandemia e guerra da Ucrânia) e adversidades naturais que ultrapassaram os limites comumente verificados na região de Rancharia/SP (*stress* hídrico, geadas de grandes proporções e pragas sem controle), fez com que se instalasse uma crise financeira, impossibilitando honrar os compromissos assumidos, conforme retratado pelo laudo anexo (doc. 05).

Pelo que se nota da relação abaixo, posicionada para a data de 23 de janeiro de 2023, existem 14 (quatorze) ações judiciais em andamento contra os requerentes e terceiros garantidores, cuja soma dos valores de causa atribuídos pelos credores totaliza a quantia de quase R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). Veja:

# ARAGOS

ADVOCADOS

RELAÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS EM ANDAMENTO - 23/01/2023 -						
Nº	PROCESSO	JUÍZO	NATUREZA DA AÇÃO	AUTORES	RÉUS	VALOR DA CAUSA
1	1108017-41.2022.8.26.0100	38ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo-SP	Execução de Título Extrajudicial	Banco Daycoval S/A	Nutrisolo Ltda, Jerônimo Soares de Azevedo Júnior, Luana Guerhardt Faria de Azevedo e Manoel Messias de França	R\$ 367.918,24
2	1114034-93.2022.8.26.0100	15ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo-SP	Execução de Título Extrajudicial	Nexoos Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S/A	Nutrisolo Ltda e Luana Guerhardt Faria de Azevedo	R\$ 86.347,60
3	1130083-15.2022.8.26.0100	9ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo-SP	Execução de Título Extrajudicial	Banco Sofisa S/A	Nutrisolo Ltda e Luana Guerhardt Faria de Azevedo	R\$ 95.663,48
4	1130086-67.2022.8.26.0100	9ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo-SP	Execução de Título Extrajudicial	Banco Sofisa S/A	Nutrisolo Ltda e Luana Guerhardt Faria de Azevedo	R\$ 438.362,14
5	1017443-54.2022.8.26.0100	16ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo-SP	Execução de Título Extrajudicial	Peak Invest Serviços Financeiros e de Tecnologia Ltda	Nutrisolo Ltda, Jerônimo Soares de Azevedo Júnior, Luana Guerhardt Faria de Azevedo, Manoel Messias de França e Dalma Oliveira França	R\$ 37.844,50
6	1000100-28.2022.8.26.0240	Vara Única da Comarca de Iepê-SP	Execução de Título Extrajudicial	Itaú Unibanco S/A	Nutrisolo Ltda e Luana Guerhardt Faria de Azevedo	R\$ 300.760,23
7	1000314-19.2022.8.26.0240	Vara Única da Comarca de Iepê-SP	Execução de Título Extrajudicial	Fertybio Fertilizantes Ltda	Nutrisolo Ltda, Jerônimo Soares de Azevedo Júnior, Luana Guerhardt Faria de Azevedo e Manoel Messias de França	R\$ 484.633,60
8	1000462-30.2022.8.26.0240	Vara Única da Comarca de Iepê-SP	Execução de Título Extrajudicial	Multirecebíveis III Fundo de Investimento em Direito Creditórios	Nutrisolo Ltda e Luana Guerhardt Faria de Azevedo	R\$ 109.557,10
9	1000498-72.2022.8.26.0240	Vara Única da Comarca de Iepê-SP	Execução de Título Extrajudicial	Itaú Unibanco S/A	Nutrisolo Ltda, Jerônimo Soares de Azevedo Júnior ME e Luana Guerhardt Faria de Azevedo	R\$ 660.914,09
10	1000720-40.2022.8.26.0240	Vara Única da Comarca de Iepê-SP	Execução de Título Extrajudicial	Sementes Gasparim, Produção, Comércio, Importação e Exportação Ltda	Nutrisolo Ltda	R\$ 63.901,65
11	1500447-04.2022.8.26.0240	Vara Única da Comarca de Iepê-SP	Execução Fiscal	Prefeitura Municipal de Iepê	Nutrisolo Ltda	R\$ 1.375,75
12	1000018-60.2023.8.26.0240	Vara Única da Comarca de Iepê-SP	Busca e Apreensão	Cooperativa de Crédito Credimota - Sicoob Credimota	Nutrisolo Ltda	R\$ 1.435.158,39
13	1131675-94.2022.8.26.010	16ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo-SP	Execução de Título Extrajudicial	Banco Sofisa S/A	Jerônimo Soares de Azevedo Júnior ME	R\$ 97.814,63
14	1000682-28.2022.8.26.0240	Vara Única da Comarca de Iepê-SP	Busca e Apreensão	Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A	Jerônimo Soares de Azevedo Júnior ME	R\$ 216.499,81
						<b>R\$ 4.396.751,21</b>

As ações judiciais acima relacionadas, compostas predominantemente por execuções de título extrajudiciais, encontram-se em momento processual que deixam os requerentes extremamente expostos a iminentes medidas de constrição patrimonial, como busca e apreensão e indisponibilização de valores, sequestro de bens, arresto de produção, entre outras que, se efetivadas, comprometerão a continuidade das atividades dos requerentes.

Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus - CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br

# ARAGOS

— A D V O G A D O S —

No entanto, **o perigo de dano mais concreto que se evidencia neste momento advém da ação de busca e apreensão nº 1000018-60.2023.8.26.0240, em andamento pela Vara Única da Comarca de Iepê/SP, proposta pela Sicoob Credimota, na qual a credora obteve o deferimento de ordem de busca e apreensão de 03 (três) maquinários dos requerentes**, a saber (docs. 07 e 08):

- a) Caminhão trator, marca SCANIA, modelo G420 A 4x2, ano/modelo 2010/2010, Placa CUE-4532, Chassi nº 9BSG4 X200A3659556, Renavam nº 204640792, de propriedade da requerente Nutrisolo Ltda;
- b) Colheitadeira de grãos, marca NEW HOLLAND, modelo TC 5.90, ano/modelo 2021/2021, cor Amarela, Série nº 57CSCS00761, Chassi nº HCCYTC59PMCL11047, de propriedade do requerente Jerônimo Soares de Azevedo Júnior; e
- c) Plataforma de corte, marca NEW HOLLAND, modelo PLATAFORMA 25 PES, ano/modelo 2021/2021, cor Amarela, Série nº 9F722500986, Chassi nº HCCB25FNVML24049, de propriedade do requerente Jerônimo Soares de Azevedo Júnior.

Cumpre enfatizar que o perigo de dano é concreto e iminente, tendo em vista que **o mandado de busca e apreensão dos maquinários já foi expedido, estando em poder do Sr. Oficial de Justiça para cumprimento**, conforme *print* abaixo, tendo o douto magistrado da Vara Única da Comarca de Iepê/SP, inclusive, **determinou a inclusão de bloqueio de circulação dos veículos através do sistema Renajud** (doc. 09), revelando a premência do deferimento da ordem cautelar ora postulada, pois a constrição patrimonial encontra-se na iminência de ser efetivada.

19/01/2023

☐ Mandado Expedido

Mandado nº: 240.2023/000172-1 Situação: Aguardando Cumprimento em 20/01/2023 Local: Oficial de justiça - Vera Lucia Ferreira Castilho De Oliveira

Acontece, Excelência, que se o credor efetivar a busca e apreensão dos bens acima relacionados e os retirarem da posse direta dos requerentes, **a atividade empresarial será completamente inviabilizada, especificadamente a colheita da soja, prevista para iniciar em poucos dias, nos primeiros dias do mês de fevereiro**. Isso porque, conforme se verifica da natureza e características dos bens, **são bens essenciais à atividade de cultivo de soja, milho e sorgo, sem os quais não é possível plantar, cultivar e colher as culturas**. Sem a posse direta dos referidos equipamentos e maquinários, os requerentes ficarão sem

Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus - CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br

# ARAGOS

A D V O G A D O S

a estrutura necessária à exploração da atividade empresarial, o que inviabilizará por completo o soerguimento e reestruturação do negócio.

A absoluta essencialidade dos bens para a continuidade do cultivo e colheita que se realizará nos próximos dias, é manifesta, na medida em que a quantidade de lavoura a ser atendida, mantida e colhida, exige toda a capacidade estrutural dos Requerentes, que inclusive está bem apertada, pois devido as dificuldades, trabalham no limite do essencial. **Especialmente a colheitadeira é o único equipamento de grande capacidade para atender todas as lavouras**, que precisam ser colhidas rapidamente quando da maturação, que ocorre quase que ao mesmo tempo em todos os talhões. **Seria catastrófico para o negócio e todos os demais credores se um único realizasse a remoção do mais importante equipamento neste momento, tal qual está pretendendo a CREDIMOTA nos autos do processo nº 1000018-60.2023.8.26.0240**. Aliás, vale rememorar que referido credor já foi privilegiado pelo recebimento de um imóvel em dação em pagamento, violou o compromisso verbal e moral de aguardar a colheita e com o ingresso da referida ação, acionou a cláusula de vencimento antecipado de todas as operações, o que é totalmente lesivo e atenta contra o princípio da preservação da empresa. Veja abaixo algumas fotos que retratam a essencialidade desses bens:



Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus - CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br



# ARAGOS

ADVOCADOS



Presidente Prudente-SP  
Rua Júlio Prestes, nº 1404  
Vila Dubus - CEP: 19015-210

Fone: (18) 3300-0094  
contato@aragos.adv.br  
www.aragosadvogados.adv.br



# ARAGOS

— A D V O G A D O S —

Importante destacar que **em situação muito similar, o STJ**, no Conflito de Competência nº 168.000 AL (2019/0258774-0), se posicionou no sentido de obstar/suspender os atos expropriatórios, mesmo que de débitos não sujeitos à recuperação judicial e em sede de pedido de tutela de urgência, antes mesmo de ser deferido o processamento da recuperação judicial:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DE PROCESSAMENTO PENDENTE DE ANÁLISE. EXECUÇÃO FISCAL. TUTELA DE URGÊNCIA. SUSPENSÃO. ATOS EXPROPRIATÓRIOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Cinge-se a controvérsia a definir o juízo competente para o julgamento de tutela de urgência incidente em ação de recuperação judicial na qual ainda não foi deferido o processamento do pedido, objetivando a suspensão de atos expropriatórios determinados em execução fiscal. 3. O artigo 189 da LRF determina que se apliquem aos processos de recuperação e falência as normas do Código de Processo Civil no que couber, sendo possível concluir que o Juízo da recuperação está investido do poder geral de tutela provisória (arts. 297, 300 e 301 do CPC/2015), podendo determinar medidas tendentes a alcançar os fins previstos no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005. 4. **Um dos pontos mais importantes do processo de recuperação judicial é a suspensão das execuções contra a sociedade empresária que pede o benefício, o chamado stay period (art. 6º da LRF).** Essa pausa na perseguição individual dos créditos é fundamental para que se abra um espaço de negociação entre o devedor e seus credores, evitando que, diante da notícia do pedido de recuperação, se estabeleça uma verdadeira corrida entre os credores, cada qual tentando receber o máximo possível de seu crédito, com o consequente perecimento dos ativos operacionais da empresa. 5. **A suspensão das execuções e, por consequência, dos atos expropriatórios, é medida com nítido caráter acautelatório, buscando assegurar a elaboração e aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores ou, ainda, a paridade nas hipóteses em que o plano não alcance aprovação e seja decretada a quebra.** 6. Apesar de as execuções fiscais não se suspenderem com o processamento da recuperação judicial (art. 6º, § 7º, da Lei nº 11.101/2005), a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que os atos expropriatórios devem ser submetidos ao juízo da recuperação judicial, em homenagem ao princípio da preservação da empresa. 7. **O Juízo da recuperação é competente para avaliar se estão presentes os requisitos para a concessão de tutela de urgência objetivando antecipar o início do stay period ou suspender os atos expropriatórios determinados em outros juízos, antes mesmo de deferido o processamento da recuperação.** (STJ, Conflito de Competência nº 168.000 AL - 2019/0258774-0). (g.n.)

Desse modo, o presente pedido de tutela cautelar é medida necessária para a preservação da atividade e dos ativos dos requerentes neste período de crise financeira, sobretudo para evitar o perdimento da posse direta sobre bens de capital essenciais à atividade, notadamente para manter a atividade do cultivo em

# ARAGOS

A D V O G A D O S

andamento e realizar a colheita que se dará nos próximos dias, pelo que a antecipação dos efeitos do *stay period* é medida que se impõe para os requerentes, a fim de que tenham a possibilidade de apresentar o pedido definitivo de recuperação judicial, assegurando o resultado útil do processo no intuito de garantir a continuidade da atividade e possibilitar a renegociação/reestruturação do passivo existente.

Por outro lado, destaca-se que os credores não suportaram qualquer prejuízo, pois suas garantias serão mantidas e conservadas, tendo em vista que os bens estão sendo regularmente conservados, revisados e com as manutenções em ordem. Ao contrário de serem lesados, a manutenção da posse vai propiciar não só a preservação das empresas, mas o próprio adimplemento aos credores.

## VI – DO FORO COMPETENTE

A teor do disposto no artigo 299, do Código de Processo Civil, “a tutela provisória será requerida, [...] quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal”. Com efeito, considerando que o pedido principal que será posterior formulado pelo requerente é o processamento do pedido de recuperação judicial, o juízo competente é o “juízo do local do principal estabelecimento do devedor”, nos termos do artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

A esse respeito, cabe mencionar que, nos termos do Enunciado nº 466, da V Jornada de Direito Civil, “para fins do Direito Falimentar, o local do principal estabelecimento é aquele de onde partem as decisões empresariais, e não necessariamente a sede indicada no registro público”.

Registra-se, nesse sentido, que o Colendo Superior Tribunal de Justiça tem adotado o critério econômico para a definição do local do principal estabelecimento do devedor, assim considerando “o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresarial sob o ponto de vista econômico” (AgInt no CC 147.714/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe07/03/2017). O entendimento da Corte Superior é pacífico nesse sentido, conforme se nota dos precedentes abaixo colacionados:

# ARAGOS

— A D V O G A D O S —

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 173168 – GO (2020/0157049-6) [...] Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo de Direito da 1ª Vara de Anicuns-GO, suscitante, e o Juízo de Direito da Vara de Precatórias, Falências e Concordatas de Araguaína-TO, suscitado nos autos de pedido de recuperação judicial apresentado por JOAQUIM BAHIA EVANGELISTA e OUTROS (GRUPO BAHIA EVANGELISTA). [...] DECIDO. O conflito está configurado e merece ser dirimido. Razão assiste ao juízo suscitante. Como bem anotaram tanto o juízo suscitado, quanto o juízo suscitante, esta Corte Superior, interpretando o conceito de "principal estabelecimento do devedor" a que se refere o art. 3º da Lei nº 11.101/2002, para fins de definição do juízo competente para o processamento de pedido de recuperação judicial, firmou o entendimento de que seria o local em que se encontram centralizadas as atividades mais importantes desempenhadas pela empresa, independentemente do fato de ser eventualmente ser outra sua sede estatutária. [...] Nesse cenário, resulta incontestável que, no caso em exame, a competência para processar e julgar o pedido de recuperação ora em apreço é do juízo da Vara de Precatórias, Falências e Concordatas de Araguaína-TO. Isso porque, pelo que se pode extrair dos autos, o estabelecimento principal do Grupo Bahia Evangelista é a Fazenda Quatro de Outubro, que concentra a principal atividade por ele desenvolvida (engorda de gado em confinamento) e constitui sua principal fonte de receita. Tal fazenda está situada na cidade de Aragominas/TO, distrito de Araguaína/TO. “[...] Não se justifica, portanto, o processamento do pedido neste Juízo unicamente para facilitar o concurso de credores, já que há credores de montante pouco considerável tanto em Anicuns quanto em Aragominas” (e-STJ fls. 4/5 - grifou-se). Em vista do exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Precatórias, Falências e Concordatas de Araguaína-TO – suscitado. Publique-se. Intimem-se. Comunique-se. Brasília, 04 de agosto de 2020. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Relator (STJ - CC: 173168 GO 2020/0157049-6, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Publicação: DJ 13/08/2020). (g.n.)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO INTERNO. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 3º DA LEI N. 11.101/2005. 1. Nos termos do art. 3º da Lei n. 11.101/2005, o foro competente para o processamento da recuperação judicial e a decretação de falência é aquele onde se situe o principal estabelecimento da sociedade, assim considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresarial sob o ponto de vista econômico. Precedentes. 2. No caso, ante as evidências apuradas pelo Juízo de Direito do Foro Central de São Paulo, o principal estabelecimento da recuperanda encontra-se em Cabo de Santo Agostinho/PE, onde situados seu polo industrial e seu centro administrativo e operacional, máxime tendo em vista o parecer apresentado pelo Ministério Público, segundo o qual o fato de que o sócio responsável por parte das decisões da empresa atua, por vezes, na cidade de São Paulo, não se revela suficiente, diante de todos os outros elementos, para afirmar que o "centro vital" da empresa estaria localizado na capital paulista. 3. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no CC:147714 SP 2016/0190631-3, Relator:

# ARAGOS

A D V O G A D O S

Ministro LUISFELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 22/02/2017 - SEGUNDA SEÇÃO,  
Data de Publicação: DJe07/03/2017). (g.n.)

A doutrina especializada, nas palavras de Marlon Tomazette, preceitua que “o local de maior movimentação econômica é provavelmente o local onde serão realizados mais negócios e onde o devedor terá mais bens”<sup>5</sup>.

Nesse contexto, tem-se que o juízo competente para o processamento do pedido de recuperação judicial a ser impetrado pelos requerentes e, consequentemente, para o conhecimento da tutela provisória ora pleiteada, é o juízo desta Comarca de Iepê/SP. Isso porque, os requerentes estão estabelecidos na cidade de Iepê/SP., onde está sediado seu escritório administrativo, sendo nesta cidade concentradas todas as decisões estratégicas, firmados contratos, compromissos e negócios. Vale observar que a grande maioria das ações ajuizadas pelos credores estão tramitando nesta Comarca de Iepê. A mão de obra empregada é quase toda composta por pessoa de Iepê/SP.

Por consequente, a cidade de Iepê/SP corresponde ao local do principal estabelecimento comercial dos requerentes, razão pela qual este juízo da Comarca de Iepê/SP é o competente para conhecer do pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 3º, da Lei nº 11.101/05, e, consequentemente, do presente pedido de tutela provisória, nos termos do artigo 299, do Código de Processo Civil.

## VI – DO PEDIDO

Ante todo o quanto exposto, requer-se a Vossa Excelência que:

- a) Conceda **LIMINARMENTE**, em caráter de urgência, o presente pedido de tutela provisória cautelar antecedente como medida preparatória para o posterior pedido de recuperação judicial, com amparo no artigo 6º, da § 12º, da Lei nº 11.101/05, a fim de antecipar os efeitos do *stay period* e, com isso:

<sup>5</sup> TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Falência e recuperação de empresas, v. 3. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017

# ARAGOS

A D V O G A D O S

- i- suspender todas as ações e execuções contra o requerente, ações de busca e apreensão, inclusive medidas cautelares de arresto, sequestro e bloqueio de ativos;
  - ii- proibir os credores fiduciários de retomarem a posse direta dos bens, maquinários e equipamentos objetos de garantia fiduciária; e
  - iii- Caso tenha sido efetivada alguma busca e apreensão quando do deferimento desta tutela, que seja determinada a restituição da posse direta do bem essencial aos Requerentes, dada a sua imprescindibilidade para a manutenção das atividades e realização da colheita que ocorrerá nos próximos dias.
- b) Conceda à decisão que conceder a pedido cautelar a qualidade de ofício, autorizando expressamente que os requerentes dela se sirvam para apresentar nas ações e execuções em que se tenha eventualmente determinado alguma medida constritiva;
- c) Decrete e mantenha estes autos em segredo de justiça, a fim de manter o sigilo das informações contábeis e financeiras constantes nos documentos juntados com subsídios deste pedido acautelatório;
- d) Conceda aos requerentes o prazo de 30 (trinta) dias para formularem nestes autos o pedido principal, ocasião em que apresentaram todas as informações e detalhes do negócio e da crise financeira enfrentada, bem como os documentos necessários para o processamento da recuperação judicial, nos termos do artigo 308, do Código de Processo Civil.

Requer-se, outrossim, que todos os atos de comunicação deste feito sejam publicados na imprensa oficial em nome dos advogados **RAFAEL ARAGOS, OAB/SP Nº 299.719** e **ANDRÉ LUÍS DE FRANÇA PASOTI, OAB/SP 405.214**, sob pena de nulidade.

# ARAGOS

A D V O G A D O S


Atribui-se provisoriamente à causa o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), cujo valor definitivo será indicado quando da formulação do pedido principal de processamento da recuperação judicial, momento em que haverá a melhor apuração do passivo dos devedores.

Termos em que pede deferimento.

de Presidente Prudente/SP para Iepê/SP, 26 de janeiro de 2023.



**RAFAEL ARAGOS**  
OAB/SP 299.719



**ANDRÉ LUÍS DE FRANÇA PASOTI**  
OAB/SP 405.214